



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 26.09.2013

Proc. n.º: 282 – SI 174/13

Horário início: 10h

Término: 11h25min

Assunto: reunião para tratar da problemática acerca dos animais de rua.

Requerente: Ver. Marcos Gehlen – “Tuco”.

Convidados: Executivo Municipal, Associação Montenegrina dos Guardiões dos Animais–AMOGA e Patrulha Ambiental–PATRAM/RS.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Vereador Marcos Gehlen (PT) mencionou que o encontro visava reunir as pessoas para trabalhar a problemática dos cães em situação de rua, e que objetivo era o de tentar somar experiências e esforços para minimizar os problemas que o descaso com os animais está gerando na cidade. Assim, verificar o que o Executivo pensa a respeito do tema, o que projeta para sanar essa problemática, o processo de reconhecimento de entidades como AMOGA e KATAMI, uma maneira de trabalhar a regularização desses locais que acolhem esses animais vulneráveis, verificando possibilidade de celebração de convênios, acompanhamento de veterinários e fornecimento de alimentação. Objetivo de criar uma rede que dê um suporte técnico para lidar com esse problema, terminando com a situação atual, em que a Prefeitura ajuda esses canis com sacos de ração. Maria Luiza Rodrigues Kimura, Presidente da AMOGA, disse que a associação trabalha segundo o princípio de que os animais de rua devem ser tratados na rua, convivendo pacificamente com os seres humanos, ressaltando que os animais estão no mundo por algum motivo. Reconheceu existência de animais que não têm condições de estarem na rua, que são bravos, cujo comportamento deve ser trabalhado, não somente adestrados. Denominou os canis existentes como locais de acúmulo de animais, como o da dona Terezinha do Morro da Formiga. Quanto a esse caso, disse ser uma situação ilegal, mas que recebe ajuda da Prefeitura através de ação civil pública. Mencionou que a AMOGA também auxilia com um trabalho de castração desses animais. Destacou que o convênio com a atual Administração não foi prorrogado. Revelou tentativa de parceria com o Município, de modo que ele ceda uma área no final da rua Jardim Botânico, do Loteamento Morada do Sol, para que a AMOGA possa instalar um centro de recuperação de animais, na mesma linha de trabalho da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais–SEDA. Fernanda Filla da Fontoura, Presidente do Grupo KATAMI, contou que a entidade foi criada para se ter mais um grupo na cidade que procura trabalhar na sociedade essas questões. O trabalho pode ser mais coletivo assim, abrangendo mais pontos da cidade. Esclareceu que a associação está atuando na cidade desde 21 de maio de 2012. Apresentou documento contendo propostas e sugestões de campanhas e programas de castração e de punições mais severas contra os crimes praticados contra os animais. Sobre o programa de castração, disse que o objetivo é criar parcerias com o setor público, com as associações de bairros, com os voluntários e os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



grupos de voluntários da cidade para sondar os bairros e as vilas da cidade a fim de elaborar listas dos animais a serem castrados. As pessoas receberiam “vales-castração” e os veterinários conveniados nesse programa receberiam essas pessoas na data marcada para castração. Explicou que os recursos da instituição são oriundos de doações e vendas de produtos, não havendo recursos próprios que possibilitem realizar a castração. Defendeu a implantação de sistema de chips nos animais para controle. Luiza esclareceu que a AMOGA já faz esse trabalho de castração. Levantamento de 30 de abril dava conta dos seguintes dados: 3.130 animais castrados, 550 com dinheiro do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente–FUMDEMA, e o restante com recursos próprios. Explicou que a associação tem feito esse trabalho de levantamento dos animais de vila dentro das possibilidades orçamentárias. Mostrou-se favorável à implantação do chip, prática que a AMOGA realizava, em função da possibilidade de se identificar os animais, ressaltando que a implantação desse serviço custa em média vinte reais. Contudo, ressaltou que, caso o convênio com a Administração seja celebrado, o programa não contemplará a implantação do chip. Fernanda destacou que as pessoas conhecem o problema, mas não sabem a quem recorrer, defendendo a ampliação da rede de parceiros para enfrentar o problema. Vereadora Rosemari Almeida (PP) questionou sobre as intenções da Administração quanto ao convênio com a AMOGA para castração e a cessão de uso de espaço para criação de centro de atendimento aos animais. Quanto ao processo de cessão de uso da referida área para criação de um centro de atendimento aos animais, Marcos Roberto, chefe de educação ambiental, disse que essa é uma ideia que ainda “engatinha” dentro da Administração, não por falta de vontade, mas em função das muitas questões que devem ser analisadas criteriosamente, já que se trata de um valor expressivo de recursos públicos. Existe a boa vontade do Executivo em sentar com essas entidades para discutir a questão. Com relação à dona Tereza, manifestou que a ajuda oferecida pelo Executivo não é uma ação ilegal, pois o Ministério Público–MP determinou que a Administração preste esse auxílio, de modo que a mesma está cumprindo aquilo que lhe foi imputado, ajudando com o fornecimento de ração, material de higiene e realização de algumas benfeitorias. Veterinários da Prefeitura acompanham periodicamente a situação daqueles animais. Mostrou-se contrário à concepção da AMOGA: não acredita ser o correto deixá-los em situação de vulnerabilidade. Contou que o Executivo atua em prol também de outros canis, esbarrando muitas vezes em limitações, pois não existem locais onde deixar esses animais. Sobre o convênio com a AMOGA, disse que ele será celebrado. No entanto, os seus termos estão sendo responsabilmente analisados. Vereadora Rosemari salientou que, enquanto a Administração estudava algo mais amplo, deveria ter mantido o convênio nos termos em que tinha sido assinado com a Administração passada, até o momento em que se tivesse outra solução. Presidente da AMOGA salientou que está em tratativas com o poder público desde a posse da nova Administração. O atual prefeito teria dito a ela para elaborar o projeto nos seguintes moldes: ao invés de fazer a castração com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



implantação de chip a noventa reais, ele queria que fosse a setenta reais, sem o chip, castrando 500 animais com os R\$ 35.000,00 do convênio. Outra exigência: não poderia ser apenas na clínica da Veterinária Mirene Machado, parceira da AMOGA, cuja clínica conta com outros cinco veterinários. Revelou que o projeto foi feito segundo a vontade do prefeito. No entanto, ressaltou que o dinheiro é oriundo do FUMDEMA, e as pessoas têm dificuldade em aprová-lo. Disse ter solicitado ao prefeito que isso se torne uma política pública de governo, destacando não querer passar a vida toda mendigando verbas e se indispondo com seus colegas do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA. Marcos Roberto declarou que foi atrás de quatro veterinários que aceitaram fazer o serviço por setenta reais. Comentou que a questão do chip é em função da economicidade, existindo outros métodos mais baratos de identificação e registro dos animais. Sargento Almir Ferreira da Silva, do 3º Pelotão Ambiental da Brigada Militar-BM, também Presidente do COMDEMA, comentou que o Conselho votou essa verba, deliberando que seria a última vez que faria isso, de modo a forçar o governo a criar políticas públicas para isso, porque é uma questão de saúde pública, não sendo função do FUMDEMA prover recursos para resolver essa questão. Revelou que o saldo do Fundo é de cerca de R\$ 58.000,00. Assinalou que o Conselho está muito preocupado em criar, através de parcerias, uma política pública em defesa dos animais. Ressaltou que sem uma política pública o trabalho das entidades em defesa dos animais perde efetividade em função da falta de recursos e programas continuados. Solicitou auxílio do Poder Legislativo para criar uma lei que instituísse essa política pública ampla em defesa dos animais. Explicou que a polícia ambiental é acionada para resolver casos envolvendo todo tipo de animais e que o Município nunca teve um local adequado para acolher os animais recolhidos ou apreendidos pela polícia. Esclareceu que lei federal repassa aos municípios a competência de dispor de um local adequado, legalizado ou conveniado, para abrigar esses animais, tanto domésticos quanto silvestres. Reiterou necessidade de se criar essa política pública e rever a situação dos animais como um todo. Na área policial, disse que as principais ocorrências são relativas a cães agressivos ou abandonados e cavalos. Relatou as dificuldades e as precariedades estruturais do Município em destinar os animais apreendidos ou removidos, pois, quando das ocorrências, a polícia precisa encaminhar os animais a um lugar legalizado e adequado para acolhê-los, diferentemente das entidades voluntárias. Comentou que a lei mais severa com relação à prática de maus-tratos aos animais é o Código de Posturas do Município, citando seus artigos 216 e 217 (em anexo), em que havia previsão de recolhimento dos animais em depósito municipal. Apontou necessidade de se reunir os setores envolvidos nessas questões para sugerir ideias para que se criem políticas públicas. Observou que o Conselho, composto por técnicos que podem dar pareceres em cima da realidade atual, tem o dever de auxiliar o Executivo nas questões ambientais. Ressaltou que, se não forem criadas políticas públicas, o Conselho não aprovará mais os recursos para a AMOGA, fato registrado em ata do Conselho. Vereador Tuco revelou que, com relação ao



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



terreno pleiteado na Morada do Sol, existe um entrave, pois ele está cedido para a Associação Comunitária do Bairro São Paulo, ressalvando que seu presidente é sensível em fazer uma permuta, porque o terreno é adequado para abrigar a proposta da AMOGA. Ponderou que a Administração Pública parte da premissa da gestão dos recursos públicos; e se existe um clamor popular por algo, o gestor não tem outra alternativa senão atender o clamor daqueles que o elegeram para tal. Disse que temos visto diversas ações do governo no sentido de buscar a economia dos recursos públicos, sendo que nesse afã de economizar as políticas não estão acontecendo. Destacou que no âmbito da Administração, o termo ajuda não cabe: precisamos de políticas públicas duradouras. A Presidenta da Casa destacou que os programas que estão andando bem não devem ser interrompidos. Observou que, com a não renovação do convênio com a AMOGA pela atual Administração, aquilo que se perdeu nesses nove meses não se recupera mais, sendo que o resultado disso é visível nas ruas, com o aumento no número de animais de rua.

Encaminhamentos: Vereador Tuco propôs iniciar, com as entidades acima mencionadas, um diálogo para construção de um programa municipal de proteção aos animais, com previsão de recursos, campanhas e locais de acolhimento. Por fim, ficou agendada nova reunião para o dia dois de outubro, às quatorze horas. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Marcos Gehlen – PT

**Ver. Rosemari Almeida
Presidenta**